

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E O USO ABUSIVO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS: UM ESTUDO SOB A LUZ DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL

Guilherme Fernandes Lozano¹

Kauã Felipe Reis de Oliveira²

Ronaldo Pereira Barboza³

Resumo

O presente artigo utilizou-se de revisão bibliográfica com o objetivo de compreender quais são as implicações biológicas, psicológicas e sociais que atravessam a População em Situação de Rua e sua relação com o uso abusivo de álcool e outras drogas e como esta condição pode ser geradora de sofrimento psíquico. Considerando que nos últimos anos houve um aumento considerável deste público, onde nem todos, porém uma parte relevante das mesmas vivem e convivem costumeiramente com o uso de álcool e outras drogas. Sendo assim refletir sobre os motivos e significados atribuídos ao uso de tais substâncias e como isso as afetam. A metodologia utilizada foi a de pesquisa bibliográfica fundamentada na Teoria Histórico-Cultural.

Palavras-chaves: Situação de Rua; Drogas; Psicologia Histórico-Cultural; Desenvolvimento Humano.

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E O USO ABUSIVO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS: UM ESTUDO SOB A LUZ DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL

Abstract

The present article used bibliographical review with the objective of understanding which are the biological, psychological and social implications that affects the homeless population and it's relation with abusive use of alcohol and other drugs and how this condition can be generator of psychological suffering. Considering that in recent years there was a considerable increase in this public, where no all, but a relevant part of them live and regularly coexists with the use of alcohol and other drugs. Therefore, reflect on the reasons attributed to the use of such substances and how this affects them. The methodology used was bibliographical research based on cultural historical theory.

Keywords: Street situation, drugs; Cultural historical psychology; Human development.

POBLACIÓN SIN HOGAR Y EL USO ABUSIVO DE ALCOHOL Y OTRAS DROGAS: UN ESTUDIO A LA LUZ DE LA PSICOLOGÍA HISTÓRICO-CULTURAL

Resumen

El presente artículo se basó en una revisión bibliográfica con el objetivo de comprender las implicaciones biológicas, psicológicas y sociales que atraviesan a la población en situación de calle

¹ Acadêmico do Curso de Psicologia da Universidade Paranaense - Unipar, guilhermelozano892@gmail.com

² Acadêmico do Curso de Psicologia da Universidade Paranaense - Unipar, kaua.w3w3@hotmail.com

³ Docente do Curso de Psicologia da Universidade Paranaense - Unipar, ronaldop.barboza@prof.unipar.br

y su relación con el uso abusivo de alcohol y otras drogas, así como cómo esta condición puede generar sufrimiento psíquico. Considerando que en los últimos años ha habido un aumento considerable de este público, donde no todos, pero una parte relevante de ellos, viven y conviven habitualmente con el uso de alcohol y otras drogas. Por lo tanto, se reflexiona sobre las razones y significados atribuidos al uso de dichas sustancias y cómo esto les afecta. La metodología utilizada fue la investigación bibliográfica fundamentada en la Teoría Histórico-Cultural.

Palabras-clave: Situación de Calle; Drogas; Psicología Histórico-Cultural; Desarrollo Humano.

Introdução

O presente artigo aborda a relação existente entre a População em Situação de Rua (PSR) comumente chamados de “moradores de rua” e o uso abusivo de álcool e outras drogas, e quais são as implicações biológicas, psicológicas e culturais deste uso, nesta circunstância, que atinge tantas pessoas no país na atualidade. Tal estudo é subsidiado pelos princípios teóricos da Psicologia Histórico-Cultural.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a população em situação de rua no Brasil ultrapassou a marca de 281 mil pessoas no em 2022. Isso representa um aumento de 38% em três anos (2019-2022), aumento este provavelmente agravado pela pandemia da COVID-19 (IPEA, 2022).

Mattos e Ferreira (2004) salientam que quando se fala sobre as pessoas em condição de rua e o uso de álcool e outras drogas, costumeiramente, pela sociedade, ocorre uma associação quase que natural e automática que condiciona este público ao uso de tais substâncias psicoativas. Entretanto, não significa que todas as pessoas que sobrevivem nestas condições fazem uso de álcool e/ou outros entorpecentes.

A título de exemplo, o uso de álcool e outras drogas é apontado por 35,5% das pessoas em situação de rua como a razão pela qual se encontram nesta condição, enquanto que 28% informaram já terem sido internados em instituições para tratamento de dependência química (BRASIL, 2014).

Existem diversos fatores individuais, sociais e culturais que influenciam na geração desses dois grandes problemas atuais, a situação de rua e o uso abusivo de álcool e outras drogas, podendo em muitos casos, uma circunstância levar a outra, e vice-versa. Portanto, uma parcela destas pessoas que se encontram nesse contexto está vivendo dessa forma por conta do uso dependente, seja do álcool, da maconha, do crack, da cocaína, entre outras drogas (BRASIL, 2008).

A forma que esses indivíduos ultrapassam os limites do uso de entorpecentes faz com que eles desenvolvam diversos problemas mentais decorrentes do uso excessivo desses narcóticos. Por conta disso, há uma grande relevância nos estudos presentes neste artigo. Neste sentido, muitas vezes estas pessoas são deixadas de lado pela sociedade, pelo governo e demais instituições. Portanto, um dos objetivos deste trabalho é trazer a visibilidade para este público e a importância do

trabalho do profissional da Psicologia junto a esta população excluída (MATTOS; FERREIRA, 2004).

A Psicologia Histórico-Cultural, também conhecida como teoria de Vygotsky, busca compreender o desenvolvimento humano a partir das interações sociais e do contexto cultural em que os indivíduos estão inseridos. “caracterizar os aspectos tipicamente humanos do comportamento e elaborar hipóteses de como essas características se formaram ao longo da história humana e de como se desenvolvem durante a vida de um indivíduo” (VIGOTSKI, 1984, p. 21).

A Psicologia Histórico-Cultural surgiu durante a década de 1920 na então União Soviética e teve seu desenvolvimento mais significativo nas décadas seguintes. Os principais autores dessa ciência foram Vigotski, Luria e Leontiev. Com destaque para Vigotski, que fundamentou esta teoria no método do Materialismo Histórico-Dialético proposto por Marx, procurando construir uma “nova Psicologia” (TULESKI, 2000).

Isto posto, Mattos e Ferreira (2004) explicam que não são apenas as drogas que fazem com que a pessoa em situação de rua adoeça: parte desse sofrimento também advém da sociedade, que não oferece atenção e cuidado para essas pessoas as quais se encontram nestas circunstâncias. A falta de visibilidade para estas pessoas e os estereótipos de marginal, preguiçoso, drogado, andarilho, sujo, entre outros direcionados pela sociedade acarretam no surgimento e/ou agravamento do sofrimento psíquico dessas vidas no cenário das ruas.

Nesta mesma linha de raciocínio Molon (2011, p. 619) discorre que:

O sujeito e o social são mutuamente constituídos e reciprocamente constituintes, e o processo de significação envolve e condensa todas as suas manifestações, expressões, sentimentos e emoções, afecções; portanto, seu corpo, sua atividade, sua consciência, sua vivência e sua experiência são atravessados e realizados pelos processos de produção da significação (MOLON, 2021, p. 619).

Neste contexto, não são todas as pessoas em situação de rua que fazem uso de álcool e outras drogas, mas é sobre esta parcela que faz uso recorrente ou dependente que voltamos nosso foco nesta pesquisa.

População em Situação de Rua: marginalização, exclusão e estigmatização

O conceito de População em Situação de Rua (PSR) foi adotado com o objetivo de desmistificar os rótulos rotineiramente disseminados pela sociedade que na maioria dos casos nomeiam estas pessoas como “moradores de rua”, “mendigos” ou “andarilhos”. Como se esta fosse de fato a sua condição definitiva. Sendo que, estes sujeitos são seres humanos como todos, feitos de carne e osso. Possuidores de sentimentos, de direitos, respeito, entre outros. Além disso, um outro

objetivo é trazer um olhar humanizado e respeitoso a estes indivíduos. Em contrapartida, a expressão “situação de rua” compreende este cenário como um estado momentâneo, indeterminado e temporário de vida na rua, portanto, passível de mudança (MATTOS, 2006).

Uma característica das pessoas em situação de rua é ser definida como um grupo de indivíduos com uma gama de diversidades. Sendo vários os motivos os quais levaram os mesmo a este contexto. Como por exemplo, vínculos familiares e comunitários rompidos, uso abusivo de drogas, entre outros.

Costumeiramente esta parcela da sociedade enfrenta uma série de desafios e sofrimentos decorrentes de sua condição. Como a falta de acesso à alimentação, cuidados de saúde e higiene pessoal. Também sofrem com a solidão, a falta de apoio social, a violência nas ruas e o estigma social. Por conta desses fatores se desenvolvem ou agravam os problemas de saúde mental desses sujeitos. Como por exemplo a depressão, a ansiedade e o transtorno de estresse pós-traumático (MATTOS; FERREIRA, 2004). Para a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, estas pessoas representam (BRASIL, 2008):

Um grupo populacional heterogêneo que tem em comum a pobreza, vínculos familiares quebrados ou interrompidos, vivência de um processo de desfiliação social pela ausência de trabalho assalariado e das proteções derivadas ou dependentes dessa forma de trabalho, sem moradia convencional regular e tendo a rua como o espaço de moradia e sustento (BRASIL, 2008, p. 08).

A falta de moradia convencional expõe estes indivíduos a inúmeros riscos, como violência, exploração, doenças e intempéries. Além disso, estes sujeitos diversificam entre as faixas etárias, podem ser jovens, adultos ou idosos, de ambos os sexos e pertencerem a distintos grupos étnicos, culturais e socioeconômicos (BRASIL, 2008). Ademais, as atividades de trabalho buscado por pessoas nesse contexto variam bastante. Alguns podem buscar trabalhos informais temporários, como catadores de recicláveis, na construção civil ou como vendedores ambulantes. Outros podem estar desempregados e enfrentar dificuldades para encontrar oportunidades de trabalho devido aos estigmas e marginalização da sociedade (MATTOS; FERREIRA, 2004).

Essa visão negativa contribui para a perpetuação do ciclo de pobreza e dificulta a busca por soluções efetivas para auxiliar essas pessoas em diferentes aspectos, as quais ainda enfrentam uma série de desafios e sofrimentos decorrentes de sua condição (MATTOS; FERREIRA, 2004). Além disso, com as condições de marginalização, estigmatização, criminalização e violência que as pessoas em situação de rua convivem diariamente intensifica ainda mais as condições já degradantes que estas pessoas se encontram, veremos a seguir, esta relação, em que uma parcela da população em situação de rua faz uso contínuo de álcool e outras drogas.

Sobre este assunto, acredita-se que desde que se tem conhecimento da existência humana, o uso de drogas esteve presente das mais variadas formas e significados, uma vez que:

O consumo de drogas não é uma prática que nasceu nos dias de hoje. Encontra-se presente há séculos, sob diferentes formas, nas culturas tanto ocidentais quanto orientais. O uso de substâncias, lícitas ou ilícitas, está vinculado aos rituais religiosos, à busca do prazer, ao alívio da dor e à aceitação social, dentre outras situações. Em diferentes contextos históricos, o uso de drogas para alterar os sentidos sempre foi uma das necessidades humanas (BRASIL, 2011, p. 21)

Sublinha-se que de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), droga é qualquer substância não produzida pelo organismo que tem a propriedade de atuar sobre um ou mais de seus sistemas, produzindo alterações em seu funcionamento, ou seja, altera ou causa uma série de mudanças na forma de sentir, pensar, agir e expressar. Substâncias psicotrópicas, entorpecentes ou narcóticos podem ser utilizados como sinônimos (BRASIL, 2011).

Mas o que é uma pessoa que usa drogas? Como é conhecida? Culturalmente em nossa sociedade (a depender também de quem usa e de qual maneira que se usa) estas pessoas podem ser qualificadas comumente como bêbadas, cachaceiras, pé de cana, drogadas, viciadas, nóias, zé droguinha, dopadas, chapadas, craquentas, lombradas, fritadas, maconheiras, etc.

Em referência ao ato de consumir drogas, uso experimental, casual ou recreativo se caracteriza pela experimentação ou uso intermitente, de caráter lúdico, que a princípio não provoca prejuízos ao cotidiano da vida da pessoa, neste caso a droga representa uma busca de prazer. Já o uso dependente refere-se ao fato de a droga deixar de ser um objeto de prazer e passar a ser necessidade. A pessoa prioriza o uso da substância promovendo à mesma uma importância vital, dessa forma proporcionando prejuízos materiais, físicos, psíquicos e sociais (BRASIL, 2011).

A respeito do uso “dependente” o Conselho Federal de Psicologia - CFP, faz uma advertência sobre a utilização de determinados conceitos direcionados à pessoa em condição de uso de álcool e outras drogas, tendo em vista que:

Muitas das práticas sociais relacionadas com as drogas não podem, no entanto, ser consideradas “abusivas” ou mesmo “compulsivas”. Esses conceitos que remetem ao quadro das chamadas “toxicomanias” ou da “dependência química” são parte de uma pequena parcela diante dos usos controlados e ocasionais dessas substâncias (CFP, 2019, p. 46).

Quanto à origem, as drogas não encontradas, retiradas ou produzidas da mesma maneira, por isso, elas são classificadas em três tipos, a saber:

Naturais: provêm de certas plantas e a matéria-prima é usada diretamente como droga ou é extraída e purificada. Ex.: maconha, cogumelo, trombeteira (consumidos em forma de chá), ópio (derivado da papoula do oriente), tabaco e folhas de coca; semissintéticas: são resultados de reações químicas realizadas em laboratórios utilizando drogas naturais. Ex.: cocaína, tabaco, heroína e álcool; sintéticas: produzidas através de manipulações químicas em laboratório, não dependendo de substâncias vegetais ou animais como matéria-prima para a sua elaboração. Ex.: LSD-25, ecstasy, calmantes e anfetaminas (BRASIL, 2011, p. 25).

No que se refere à legalidade, as drogas podem ser classificadas em drogas lícitas: quando a venda e o consumo é legalizado pelo Estado (ex. tabaco, álcool, etc); drogas ilícitas: quando a

venda e o consumo não são legalizados pelo Estado (ex. cocaína, crack, êstasy, LSD, maconha, etc); drogas prescritas: quando a compra e o uso são autorizados mediante prescrição médica (BRASIL, 2011).

Em relação aos mecanismos de ação, efeitos provocados e agravos à saúde na pessoa que consome, as drogas podem ser classificadas como:

Depressoras: causam redução e lentidão do funcionamento do sistema nervoso central (SNC), deixando as pessoas mais relaxadas. Em decorrência desta lentidão, pode ocorrer sonolência (dependendo das doses ingeridas), dificuldades nos processos de aprendizagem e memória, depressão, agressividade, paranóia, dificuldades de coordenação motora, problemas vasculares e digestivos. Exemplos: álcool, benzodiazepínicos, opiáceos (morfina e codeína) e inalantes; estimulantes: causam aceleração do funcionamento mental e modificam o comportamento, provocando agitação, excitação e insônia. A abstinência pode levar à irritabilidade, agressividade e grande compulsão pelo consumo (“fissura”). Exemplos: anfetamina, cocaína, crack, cafeína e nicotina; alucinógenas: causam alterações no funcionamento cerebral, ocasionando fenômenos de alteração da percepção de sons, imagens, sensações táteis e do senso de espaço e tempo, podendo levar a crises de pânico, delírios e alucinações. Esse conjunto de efeitos caracteriza um estado que os usuários conhecem como “viagem”. Exemplos: LSD-25, maconha, ecstasy e algumas espécies de cogumelos (BRASIL, 2011, p. 25).

Mattos e Ferreira (2004) salientam que são inúmeros os fatores influenciadores para o uso, no entanto, para a população em situação rua estas causas estão diretamente ligadas aos processos de subjetivação da dura sobrevivência nas ruas, visto que ficam constantemente expostos aos preconceitos, abusos e violência.

Consoante a isto, Jabur et al (2014) afirma que para as pessoas em situação de rua, a presença dos entorpecentes neste caso não está relacionada à busca de prazer somente, mas sim a necessidade de se desconectar desse lugar de sofrimento, a rua. Assim, o uso de álcool e outras drogas tem um sentido de anestésico para o sofrimento e solidão acarretado por esta vivência.

Um olhar a partir da Psicologia Histórico-Cultural

As pessoas em situação de rua são vistas como sujeitos que enfrentam uma série de desafios e dificuldades decorrentes de sua condição social, sendo este quadro agravado quando atrelado ao uso de álcool e outras drogas. Moura Jr e Ximenes (2016) sublinham que, ao estarem em condição de uso casual ou contínuo de drogas, as pessoas em circunstâncias de rua são chamadas de doentes e são vistas como perigosas em uma perversa relação do uso de drogas à criminalidade. O Conselho Federal de Psicologia - CFP, nesta perspectiva, contribui, indicando que:

Por muito tempo, a única opção de atenção para usuários de álcool e outras drogas foi dada pela prática asilar através da internação em grandes hospitais psiquiátricos com características manicomiais ou clínicas particulares. Multiplicaram-se também iniciativas de

cunho religioso e de apoio mútuo entre os próprios usuários que encaravam a questão do uso e abuso de drogas a partir de um enfoque medicalizante, ao considerá-la uma doença incurável (CFP, 2019, p. 30).

Partindo deste princípio, é possível considerar que não se trata de uma criminalização ingênua, neste caso está intrínseco o caráter criminalizador da miserabilidade, ou seja, a criminalização do consumo das drogas é também uma criminalização da pobreza (MOURA JR; XIMENES, 2016).

Nesse sentido, a psicologia histórico-cultural busca compreender esses desafios e sofrimentos a partir de uma perspectiva sócio-histórica, que considera as condições sociais, econômicas e culturais que influenciam o desenvolvimento humano. Destacando a importância de criar políticas e programas sociais que promovam a inclusão, o respeito aos direitos humanos e a garantia de condições dignas de vida para todas as pessoas, incluindo aquelas em situação de rua (TOLEDO; ARAÚJO, 2011).

Para as múltiplas facetas que envolvem a pessoa em situação de uso dependente de drogas sabendo que quando vem ligado à condição de rua o quadro é agravado, é necessário:

Para compreender o indivíduo em sofrimento, então, partimos da especificidade do seu processo de adoecimento (seja ele expresso na forma de depressão, ansiedade, abuso de substâncias psicoativas ou outra), mas é preciso, também, considerá-lo como totalidade, como pessoa que tem determinadas necessidades, com uma dada história singular, que vive certas relações de exploração e de opressão, num dado contexto, mediante determinados vínculos (ALMEIDA; BELLENZANI; SCHÜHLI, 2019, p. 255).

Essa teoria é compreendida de forma integrada. Segundo ela, os seres humanos são dialéticos, ou seja, tudo que se encontra a sua volta, constituem quem são. Isto é, são seres sociais e históricos os quais se apropriam do mundo e dos significados por meio das mediações. A partir disso, também se desenvolve o sofrimento humano, da mesma forma que a sociedade transforma o sujeito de modo positivo, ela também o adoce (AITA, 2020).

Do mesmo modo que os dispositivos socioculturais proporcionam a constituição de identidade, de apropriação do mundo e de si mesmo, o contrário também é verdadeiro, pois, sofrimento advém do meio em que o indivíduo está inserido e como é ressignificado. Através das interações sociais e da assimilação das normas e valores culturais, as pessoas desenvolvem suas emoções, padrões comportamentais e modos de lidar com as adversidades. O sofrimento pode ser resultado de tensões e conflitos sociais, desafios de adaptação cultural e problemas relacionados ao desenvolvimento individual (AITA, 2020).

Para Mattos e Ferreira (2004) a população em situação de rua vive constantemente em conflito, seja de forma cultural, caracterizado pela violência, pela exclusão, pela marginalização, pela hostilidade, pelas condições mínimas de salubridade e também conflito individual, caracterizado pelos modos de subjetivação de uma sociedade capitalista pautada na meritocracia

que culpabiliza a pobreza como única e exclusiva responsabilidade da pessoa em condição de vulnerabilidade social.

Moura Jr e Ximenes (2016) contribuem ao ressaltar que o uso de álcool e outras drogas para quem está no cenário degradante das ruas, pode significar o alívio do sofrimento ou conter outros tantos significados que só a pessoa nesta circunstância pode realmente sinalizar “o fenômeno do uso de drogas é um labirinto de significações, que emerge de uma complexa vivência entre semelhantes e diferentes, no qual se articulam processos de partilha e negociação de significados sociais e sentidos subjetivos [...]” (CFP, 2019, p. 67).

Dessa forma, estas pessoas estão tentando sair de um problema, mas ao mesmo tempo adentrando em outro, afinal “o que seria um consumo problemático ou não problemático na vida de quem não tem nada, de quem passa fome, frio e dorme no chão?” (MAYORA, 2016, p. 159).

Seguindo esta mesma linha de pensamento, para compreender o sofrimento psíquico é necessário:

[...] ir além das manifestações externas e sintomáticas, da aparência do fenômeno, desvelando sua essência, ou seja, os processos e nexos internos de desenvolvimento que originaram tais sintomas ou fenômenos. Entendemos aqui, por nexos e processos internos, os fenômenos não aparentes do desenvolvimento. Isso não significa que tais processos se estabelecem apenas a partir da subjetividade particular do indivíduo. Ao contrário, compreendemos que tanto a personalidade do sujeito quanto as suas formas de sofrimento se constroem a partir da dinâmica singular-particular-universal, no movimento de internalização das relações sociais de produção da vida (AITA, 2020, p. 158).

Por conta disso, é necessário ter consciência da realidade, da fragilidade e da vulnerabilidade presentes no cotidiano da pessoa em situação de rua, como também de que forma se deu os processos de apropriação cultural e da significação do uso das drogas. Considerando o pensamento de Vigotski (2018, p. 74), conseguimos entender que “o meio não deve ser estudado como um ambiente de desenvolvimento que, por força de conter determinadas qualidades ou características, já define pura e objetivamente o desenvolvimento [...]” da pessoa. Assim sendo:

O uso de drogas não constitui, isoladamente, um fator de diferenciação no desenvolvimento mas possibilita a emergência de modos de vida diferenciados, que configuram processos de desenvolvimento também diferenciados. Assim, entender como se dá a construção de significados e sentidos com relação ao uso abusivo de álcool e outras drogas, única em cada indivíduo implicado, passa pela análise das relações, interconexões e entrecruzamentos dos vários determinantes de sua condição – família, escola, comunidade e sociedade (CFP, 2019, p. 67).

Sabendo disso e levando em conta a prática profissional da Psicologia, devemos analisar os fatores que permeiam o desenvolvimento do indivíduo para que possamos ter uma visão do mesmo por completo, podendo assim proporcionar evolução no processo de conscientização da pessoa em processo psicológico, através do levantamento das relações do mesmo com o meio (AITA, 2020).

Reforçando esse raciocínio, Silva (2019 apud Aita, 2020, p. 156) afirma que o: “[...] sintoma é importante, mas insuficiente, tanto para a compreensão do processo de adoecimento como na recuperação, sendo necessário avaliar os aspectos patopsicológicos, isto é, as particularidades psíquicas do processo”.

Neste viés, Aita (2020) elucida que o sintoma ou a síndrome (conjunto de sintomas) não é genérico muito menos universal, haja visto que, obrigatoriamente está associado com a história pessoal de cada indivíduo. No caso do uso abusivo de drogas, o caráter patológico medicalocêntrico geralmente é usado para explicar ou tentar explicar as razões pelo uso. No entanto, entende-se que:

Esta concepção de saúde leva ao questionamento dos conceitos de normalidade e de patologia, subjacentes ao atendimento das pessoas que fazem uso abusivo de álcool e outras drogas. Afinal, numa sociedade discriminatória como a nossa — que afasta, classifica, rotula e medicaliza quem sai dos padrões — como separar o que é normal do que é patológico? (CFP, 2029, p. 70).

Aita (2020) complementa que a pessoa em sofrimento psíquico não pode ser analisada apenas pela queixa (sintoma) apresentada, uma vez que o sintoma não explica o panorama do adoecimento psíquico, devendo ser considerado como parte de um problema maior e mais complexo. O sintoma, portanto, é a manifestação da desorganização/desintegração das funções psicológicas superiores que constituem a consciência humana. Isto posto:

[...] para facilitar a superação do sofrimento psíquico vivido por aquele que faz uso abusivo de álcool e outras drogas, que mesmo de origem social, é sentido individualmente, é preciso resgatar o sentido subjetivo deste uso para cada um dos sujeitos envolvidos. É preciso conhecer o lugar e o papel da droga na configuração subjetiva de cada um, para conduzir o processo de resignificação individual, que pode auxiliar na construção de uma nova forma de olhar, ler, compreender e agir sobre o mundo (CFP, 2019, p. 78).

Partindo desse pressuposto, o profissional da Psicologia, ao trabalhar com a pessoa em situação de rua e em condição de uso de álcool e outras drogas não pode considerar apenas os aspectos visíveis a “olho nu”, mas sim ter uma visão ampla deste processo como um todo por meio do contexto onde o mesmo está inserido, sempre levando em consideração a realidade da pessoa e como ela se relaciona com estes aspectos que permeiam sua vida (CFP, 2019).

Seguindo este mesmo raciocínio, o profissional da Psicologia necessita compreender “o significado da droga no contexto da subjetividade de quem a consome de forma abusiva, sem esquecer as circunstâncias sociais e culturais, considerando a interdependência entre condições objetivas de vida e subjetividade (CFP, 2019, p.69).

Para a Psicologia Histórico-Cultural, o sofrimento psíquico decorrente da desintegração das funções superiores, têm origem e é desenvolvida por meio das relações sociais do indivíduo. O desenvolvimento histórico-social do homem resulta na sua evolução psíquica, formando o que

Vigotski denomina como funções psicológicas superiores. “O sujeito, pela mediação do outro, converte as relações sociais em funções psicológicas, que passam a funcionar como sendo próprias de sua personalidade” (VIGOTSKI, 1927/1995 apud SOUZA; ANDRADA, 2012, p. 357).

Para Vigotski (2018), várias pessoas podem passar pela mesma experiência, todavia estas pessoas irão se apropriar dessa vivência de forma diferente, atribuindo a ela significados e sentidos completamente singulares, constituindo assim sua vivência, o que é como a pessoa “toma consciência, atribui sentido e se relaciona afetivamente com um determinado acontecimento (VIGOTSKI, 2018, p. 77).

Muito se fala sobre o caráter negativo dado a drogadição, priorizando como importante o cuidado as consequências e sequelas que se tornam presentes após o uso, o biológico, a saúde e as determinações sociais que se implicam o rótulo de usuário, mas outra questão não menos importante é o motivo, do uso, que muitas vezes se torna base para entender essa relação com os entorpecentes (TOLEDO; ARAÚJO, 2011).

Por isso, o trabalho com esses sujeitos é de grande importância para acolher, escutar e enxergar essas pessoas e posteriormente buscar alternativas juntos às políticas públicas que possam atender às suas necessidades. São nesses momentos de invisibilidade social, falta de direitos, à saúde, comida, abrigo, entre outros, que eles podem encontrar refúgio nas drogas, sendo esta uma alternativa para “esquecer” ou suportar os problemas e as dificuldades encontradas nas ruas (CFP, 2019).

Toledo e Araújo (2011) advertem que cabe a nós, profissionais da psicologia, a postura de nos desvencilharmos da visão marginalizada das pessoas em condição de rua e daquelas em circunstâncias de uso de álcool e outras drogas, e, desta forma, atuarmos em prol da desconstrução dessa estrutura cristalizada, trazendo uma proposta de compreensão destas vidas como humanos de direitos, inseridos em um contexto histórico-cultural e com uma trajetória de vida particular (TOLEDO; ARAÚJO, 2011).

Considerações finais

Por tanto durante os estudos realizados foi possível compreender que a população em situação de rua vive diariamente invisibilizada e com os direitos humanos básicos negligenciados, em muitos dos casos a condição de rua é acompanhada pelo uso constante de álcool, o que se torna um agravante para a vivência nas ruas, tendo em vista que esses indivíduos são duplamente marginalizadas e criminalizadas.

É congruente pontuar que no mundo atual, cada vez mais competitivo, o sistema capitalista

transforma humanos em meras mercadorias descartáveis e a população em situação de rua se apresenta dentro deste cenário, uma vez que são vistos como improdutivos na lógica do capital, ou seja, estar sob esta condição, é devido unicamente a sua responsabilidade individual, desconsiderando os determinantes históricos, sociais, culturais e econômicos (LESSA; TONET, 2008).

Lessa e Tonet (2008) em uma leitura marxista, explicam que o ser humano em sua existência no mundo é construído e construtor, transformado e transformador, produto e produtor de sua própria história. Assim sendo, as possibilidades de novas perspectivas de vida são factíveis uma vez que o ser humano não está determinado a viver eternamente na mesma situação.

Neste sentido, consideramos que a exclusão, a marginalização e a discriminação que as pessoas em condição de rua e usuárias de drogas sofrem, é resultante de uma construção histórica pautada em uma ideologia capitalista dominante que culpabiliza o indivíduo por seu estado, portanto, esta mesma condição é passível de ser desconstruída e o cenário mudado.

Entretanto para isto, o trabalho do profissional da psicologia deve assumir um compromisso ético-político, compreendendo os múltiplos fatores que acarretaram na situação de rua bem como no uso de drogas, e também como a pessoa nesta circunstância atribui sentido e se relaciona neste e com este panorama, para assim, lutar em prol da constituição de um novo ser humano.

Facci (2004) coloca que o olhar do profissional da psicologia não se faz suficiente apenas no presente do sujeito, é necessário buscar os aspectos constitutivos de sua vida, desde sua infância até a vida adulta, buscando compreender como a pessoa se desenvolveu, em qual meio, sob qual situação socioeconômica, os seus mediadores, entre outros fatores significativos para a constituição de sua personalidade (FACCI, 2004).

Surge, portanto, a necessidade de trabalhar questões cujo foco não seja exatamente a situação de rua ou exatamente o uso de entorpecentes, mas sim a pessoa que está em situação de rua, a pessoa que está em condição de usuária de drogas, uma vez que “ é a esta pessoa como síntese de suas relações que voltamos o nosso foco, nosso olhar, nossa escuta, nossas perguntas e nossas sugestões, nosso silêncio” (DELARI JR, 2015, p. 15). Assim, direcionando a nossa atenção na busca de contribuição para a restauração da integridade, da autonomia e na mediação de possibilidades para se repensar algo tão presente e movedor de sentidos do seu cotidiano.

REFERÊNCIAS

- AITA, E. B. **Psicoterapia enquanto possibilidade de intervenção sobre o processo de formação de consciência: uma análise histórico-cultural** (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2020.
- ALMEIDA, M. R.; BELLENZANI, R.; SCHÜHLI, V. M. A dialética Singular-Particular-Universal do Sofrimento Psíquico: Articulações entre a Psicologia Histórico-Cultural e a Teoria da Determinação Social do Processo Saúde-Doença. In. TULESKI, S. C; FRANCO, A. F; CALVE, T. M. (Orgs). **Materialismo histórico-dialético e psicologia histórico-cultural: refletindo sobre as expressões da luta de classes no interior do capitalismo**. Paranavaí: EduFatecie, 2019, p. 241-284.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Cartilha de Redução de Danos para Agentes Comunitários de Saúde - diminuir para somar**. Brasília: 2011.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Cartilha Drogas e Direitos Humanos é de Lei**. Brasília: 2013.
- BRASIL. **Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua**. Brasília:2008.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde da população em situação de rua: um direito humano**. Brasília: 2014.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) em políticas públicas de álcool e outras drogas**. 2. ed. Brasília: CFP, 2019.
- DELARI JR, A. **Questões sobre práticas sociais psicoterapêuticas: mediadas por contribuições de Vigotski**. In: “Estação Mir” Arquivos digitais, 2020.
- IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **População em situação de rua supera 281,4 mil pessoas no Brasil**. 2022. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13457-populacao-em-situacao-de-rua-supera-281-4-mil-pessoas-no-brasil>> Acesso em: 30/08/2023.
- JABUR, P. A. C. et al. Migração e situação de rua: O uso do álcool nas ruas de Brasília. **UFSCar**, v. 22, n. 01, p. 125-133, 2014.
- FIGUEIREDO, M. R. **A compreensão e enfrentamento do uso abusivo e tráfico de drogas na escola à luz da teoria histórico-cultural**. (Dissertação de mestrado em Psicologia). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017.
- MATTOS, R. M.; FERREIRA, R. F. **Quem vocês pensam que (elas) são? Representações sobre as pessoas em situação de rua**. *Revista Psicologia e Sociedade*, n. 16, p. 47-58, mai./ago./ 2004.
- MATTOS, R. M. **Situação de rua e modernidade: a saída das ruas como processo de criação de novas formas de vida na atualidade**. São Paulo: USMSP, 2006.
- MOLON, S. I. **Notas sobre constituição do sujeito, subjetividade e linguagem**. *Psicologia em Estudo*, v. 16, n. 4, p. 613-622, out./dez./ 2011.

MORAES, R. J. S. **A determinação social do consumo de drogas: estudo de histórias de vida em uma perspectiva marxista**. Tese de doutorado. Faculdade de Medicina, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Botucatu, 2019.

MOURA JR, J. F.; XIMENES, V. M. A identidade social estigmatizada de pobre: uma constituição opressora. **Revista de Psicologia**, v. 28, n. 01, p. 76-83, jan./abr./ 2016.

MAYORA, M. O crack e a rua. In: SOUZA, J. (Org.), **Crack e exclusão social** (pp. 137-162). Brasília, DF: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Política sobre Drogas, 2016.

SOUZA, V. L. T.; ANDRADA, P. C. Contribuições de Vigotski para a compreensão do psiquismo. **Estudos de Psicologia**, v. 30, n. 03, p. 355-365, jul./set./ 2013.

TOLEDO, D. C.; ARAÚJO, L. A. Drogadicção na adolescência: uma perspectiva histórico-cultural. *Universitas: Ciências da Saúde*, Brasília, v. 09, n. 02, p. 83-109, jul./dez./ 2011.

TULESKI, S. C. **Para ler Vygotski**: recuperando parte da historicidade perdida. Trabalho apresentado na 23^a Reunião Anual da Anped. (2000).

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

VIGOTSKI, L. S. **Sete aulas de L. S. Vigotski sobre os fundamentos da pedologia**. Organização [e tradução]: Zoia Prestes e Elizabeth Tunes; tradução: Cláudia da Costa Guimarães Santana. Rio de Janeiro: E-Papers, 2018.